PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. Célio Studart)

Proíbe o consumo de carne de cães
e de gatos em todo território nacional

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica proibida, em qualquer hipótese, a comercialização de carne de cães e gatos, em todo território nacional.

Art. 2º. Em caso de descumprimento do disposto no artigo anterior, o estabelecimento ou pessoa física responsável será multado no valor R\$ 2.000,00 (dois mil reais),

§1º. Em caso de reincidência, a multa será majorada em dobro. Por conseguinte, a terceira obediência implicará no cancelamento da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do respectivo estabelecimento.

§2º As sanções previstas nesta lei ocorrerão sem prejuízo das demais cabíveis nas searas civis, administrativas e criminais.

§3º O valor das sanções estipuladas nesta lei deverão ser destinadas para políticas públicas em prol do bem-estar animal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

A causa animal tem ganhado mais força a cada dia. As reivindicações e a luta pelo bem estar animal atingiu grandes dimensões no século XXI. A segunda metade do século XX foi marcada pela eclosão de vários movimentos em prol da proteção e da defesa animal.

Assim sendo, é impossível que a sociedade atual conceba qualquer prática que não promova o bem-estar animal. Desta forma, o consumo de carne oriunda de gatos e cachorros é medida que de forma alguma deve ocorrer no cenário brasileiro atual.

Com efeito, a prática em comento ainda acontece no Brasil, precipuamente em mercados populares. Porém, ocorre sobre o rechaço do ordenamento jurídico e da sociedade em geral. Vale dizer que a tendência em abominar tais práticas é mundial. Visto que mesmo países que adotavam tal cultura, estão abandonando-a, como tem acontecido nos países da Ásia.

É preciso registrar que a Constituição Federal de 1988, afirma que todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. E, para assegurar a efetividade deste direito, incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade (art. 225, §1º, VII).

Assim, por todo o exposto, contamos com a colaboração desses Nobres Pares para a aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Sessões, 14 de maio de 2019.

Dep. Célio Studart

PV/CE